



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU - FUNDEB

CAPÍTULO I

Denominação, Regime Jurídico e Duração

Art. 1º - A Fundação para o Desenvolvimento de Bauru, instituída por Escritura Pública lavrada nas Notas do 1º Cartório de Notas desta cidade de Bauru, no livro 723, fls. 20, em 05 de novembro de 1996, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado e reger-se-á pelo presente Estatuto, pelo seu Regimento Interno e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A FunDeB gozará de autonomia financeira e administrativa, nos termos da lei e deste Estatuto.

CAPÍTULO II

Sede e Foro

Art. 3º - A Fundação para o Desenvolvimento de Bauru denominada FunDeB, tem sede e foro na cidade de Bauru, Estado de São Paulo e poderá manter representações em outros municípios.

CAPÍTULO III

Objetivos

Art. 4º - Constituem objetivos da FunDeB:

I - Promover pesquisas;

CNPJ 01664591/0001-64 - Insc. Municipal 60260 - Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01
Vargem Limpa CEP 17033-360 Bauru - SP - Fone. (14) 3281 6038

1



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

- II - Prestar serviços técnico-científicos remunerados ou não à Comunidade;
 - III - Exercer atividades científicas e culturais;
 - IV - Promover programas que objetivem o desenvolvimento tecnológico, melhoria do meio ambiente e a utilização dos recursos naturais;
 - V - Conceder bolsas de estudo e de pesquisa;
 - VI - Promover cursos de especialização, extensão universitária e eventos;
 - VII - Promover estudos científicos e outros, divulgar trabalhos e dados científicos em publicações especializadas;
 - VIII - promover e apoiar atividades e ações de caráter assistencial e de filantropia.
 - IX - Realizar concursos, processos seletivos e eventos diversos para instituições públicas e privadas em níveis local, regional, nacional e internacional;
 - X - Promover/ realizar curso, capacitação, treinamento profissional e ações educacionais ao cidadão, visando à assimilação de valores, técnicas e práticas capazes de melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento das potencialidades humanas, bem como atender demanda de mercado de trabalho, para instituições públicas, privadas e diretamente ao cidadão.
- § 1º - Para consecução dos objetivos indicados, a FunDeB poderá celebrar convênios, acordos ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, do País ou do exterior, bem como manter intercâmbio de conhecimento com entidades educacionais ou congêneres.
- § 2º - A FunDeB não poderá receber, sob qualquer pretexto, quer direta ou indiretamente, recursos oriundos dos cofres públicos, exceto quando o órgão público pagador contratar serviços com a Fundação, através de convênio e ou contratos.

CAPÍTULO IV

Patrimônio – Rendas – Bens

Art. 5º - O patrimônio original da FunDeB foi constituído pela quantia de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), e constante de escritura lavrada nas Notas do 1º Cartório de Notas desta

CNPJ 01664591/0001-64 - Insc. Municipal 60260 – Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01
Vargem Limpa CEP 17033-360 Bauru – SP - Fone. (14) 3281 6038

2



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

cidade de Bauru, no livro 723, fls. 20, em 05 de novembro de 1996 microfilmado sob nº de ordem 41640 do protocolo nº A2, registrado sob nº. 1854 no livro A-8, representada em moeda corrente do País.

Art. 6º - Constituem ainda patrimônio da FunDeB:

I - As doações, subvenções que forem concedidos pela União, Estados e Municípios, bem como por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

II - As dotações orçamentárias consignadas à FunDeB no orçamento da União, dos Estados ou dos Municípios anualmente, bem como de outras entidades estatais;

III - As rendas resultantes da prestação de serviços de qualquer espécie que venha auferir;

IV - As rendas oriundas da aplicação de bens e valores próprios ou adquiridos com recursos doados;

V - As taxas regimentais, rendas oriundas de patentes e outras rendas eventuais.

Parágrafo único - A FunDeB aplicará, integralmente dentro do país, seus bens, direitos e rendas na consecução de seus objetivos institucionais, permitidos, entretanto, a vinculação, o arrendamento, a locação ou a alienação dos mesmos, observadas as exigências legais e as deste Estatuto, para obtenção de outros rendimentos ou recursos.

Art. 7º - Em caso de extinção da FunDeB, todos os seus bens passarão ao patrimônio do Campus da UNESP de Bauru.

CAPÍTULO V

Estrutura Orgânica

Seção I

Órgãos de Deliberação e Administração

CNPJ 01664591/0001-64 - Insc. Municipal 60260 – Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01
Vargem Limpa CEP 17033-360 Bauru – SP - Fone. (14) 3281 6038

3



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

Art. 8º - São órgãos da FunDeB:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho Curador;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Controle Interno
- V- Comissão Técnico Científica.
- VI- Diretoria Executiva.

Art. 9º - É vedada a acumulação de cargos no mesmo órgão ou em órgãos diferentes da administração da FunDeB.

Art. 10 - É vedada aos membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva da FunDeB, bem como aos seus instituidores e benfeitores ou equivalentes, a contratação onerosa, direta ou indiretamente, para a prestação de serviços de qualquer natureza junto à Fundação e a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, bem como em relação a seus cônjuges, companheiros, cunhados e parentes colaterais ou consangüíneos até o 3º grau, ou pelas pessoas jurídicas das quais os mencionados anteriormente sejam sócios, acionistas, diretores ou administradores.

Parágrafo único: A vedação deste artigo não se aplica aos seguintes casos:

I - aos membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, quando docentes ou Coordenadores de Cursos de Extensão, Especialização, Aperfeiçoamento ou Capacitação, Convênios e Projetos, Consultorias, desenvolvidos pela FunDeB ou mediante convênio com Universidades, desde que aprovados pelo Conselho Curador.

II – aos demais membros quando docentes ou Coordenadores de Cursos de Extensão, Especialização, Aperfeiçoamento ou Capacitação, Projetos, Consultorias, desenvolvidos pela FunDeB ou mediante convênio com Universidades

CNPJ 01664591/0001-64 - Insc. Municipal 60260 – Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01
Vargem Limpa CEP 17033-360 Bauru – SP - Fone. (14) 3281 6038



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

III - para as contratações de pessoal, desde que observado o artigo 41 e seguintes do Regimento Interno da FunDeB.

Seção II Assembleia Geral

Art. 11 - Poderão participar da Assembleia Geral todos os membros da FunDeB.

§ 1º - Os membros da FunDeB são os membros instituidores e os demais que tiveram seus nomes aprovados em Assembleia Geral.

§ 2º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, no término de cada ano civil, e extraordinariamente tantas vezes quantas necessárias.

§ 3º - As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Diretor Presidente com a divulgação da pauta com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas.

§ 4º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Diretor Presidente, sob as mesmas condições anterior, ou por requerimento de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros para a apreciação de matéria específica.

§ 5º - Os trabalhos da Assembleia Geral são convocados e dirigidos pelo Diretor Presidente que terá além de seu voto, o de qualidade.

I - A convocação aos membros da Assembleia Geral poderá ser feita por edital afixado no Mural desta fundação, ou por correio eletrônico (e-mail) ou publicação em jornal de circulação regional.

§ 6º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação, com maioria absoluta de seus membros e em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

§ 7º - Em segunda convocação a Assembleia Geral não poderá deliberar sobre matéria para as quais é exigido "quorum" especial.

Art. 12 - À Assembleia Geral compete:

I - Exercer a jurisdição superior da FunDeB;

CNPJ 01664591/0001-64 - Insc. Municipal 60260 - Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01
Vargem Limpa CEP 17033-360 Bauru - SP - Fone. (14) 3281 6038



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

III - Deliberar em grau de recurso, sobre atos da Diretoria Executiva a pedido de qualquer membro da FunDeB;

IV - Eleger o Conselho Curador e o Conselho Fiscal;

V - Aprovar o estatuto e suas alterações;

VI - Deliberar sobre a extinção da FunDeB.

§ 1º - De cada Assembleia Geral lavrar-se-á uma ata, assinada pelos presentes, e posteriormente, registrada no cartório de Títulos e Documentos.

Seção III

Conselho Curador

Art. 13 - O Conselho Curador será constituído de 7 (sete) membros, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo indicado 1 (um) membro e seu respectivo suplente pela Congregação da Faculdade de Engenharia, 1 (um) membro e seu respectivo suplente indicado pela Congregação da Faculdade de Ciências, 1 (um) membro e seu respectivo suplente indicado pela Congregação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação e 4 (quatro) membros e seus respectivos suplentes escolhidos pela Assembleia Geral, dentre os membros da FunDeB.

§ 1º - A renovação do mandato dos membros do Conselho Curador far-se-á por partes a cada dois anos, sendo a primeira de 3 (três) indicados pelas Congregações e a outra de 4 (quatro) membros, escolhidos em Assembleia, Geral, alternadamente.

§ 2º - Os membros do Conselho Curador poderão ser reeleitos para mandato subsequente,

§ 3º - Ocorrendo vacância de cargo no Conselho Curador a Assembleia Geral indicará o substituto para completar o mandato correspondente.



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

Art. 14 - Na primeira reunião posterior à renovação de cada uma de suas partes, o Conselho Curador elegerá dentre seus membros, o seu Presidente e Vice-presidente com mandato de dois anos.

§ 1º - O Presidente do Conselho Curador poderá ser reeleito, caso conserve a qualidade de membro do Conselho.

§ 2º - Nas ausências ou impedimentos do Presidente e do Vice-presidente assumirá a Presidência o conselheiro mais idoso.

Art. 15 - Compete ao Conselho Curador:

- I - Escolher os diretores da Diretoria Executiva, indicando dentre eles o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo-Financeiro;
- II - Expedir normas de interesse da Fundação na esfera de sua competência;
- III - Adotar as medidas necessárias para corrigir qualquer irregularidade verificada no funcionamento da Fundação;
- IV - Deliberar sobre o quadro de funcionários e a contratação de funcionários;
- V - Contratar, quando necessário ou conveniente, pessoa física ou jurídica, de reconhecida idoneidade, para assessorá-lo no exercício da função fiscalizadora que lhe é inerente;
- VI - Aprovar o orçamento e o plano de trabalho da Fundação, para cada exercício financeiro
- VII - Aprovar orçamentos, contas e balanço e fazer o acompanhamento da execução orçamentária
- VIII - Deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- IX - Deliberar sobre a aceitação de doações com encargos e legados;
- X - Autorizar a aquisição, alienação, oneração ou gravame de bens imóveis da FunDeB;
- XI - Aprovar o Regimento Interno da FunDeB, bem como suas eventuais alterações;
- XII - Propor reforma deste Estatuto;
- XIII - Instituir a Comissão Técnico-Científica composta por três membros da Comunidade Acadêmica e seus respectivos suplentes;
- XIV - Propor a extinção da FunDeB;
- XV - Decidir sobre os casos omissos neste Estatuto.



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

Art. 16 - Compete ao Presidente do Conselho Curador:

- I - Convocar o Conselho, ordinária e extraordinariamente;
- II - Dirigir os trabalhos do Conselho;
- III - Enviar ao Ministério Público cópias das atas de reuniões do Conselho Curador;
- IV - Conceder o diploma "Benemérito" da Fundação à pessoa física ou jurídica que, por relevantes serviços prestados ou ato de benemerência seja julgada merecedora pelo Conselho Curador.

Art. 17 - O Conselho Curador reunir-se-á, ordinariamente, de seis em seis meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou a requerimento do Diretor Presidente da Diretoria Executiva, ou ainda requerida por no mínimo 1/3 (um terço) dos conselheiros.

§ 1º - O Conselho Curador reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - As decisões serão tomadas por maioria simples de voto, incluído o voto do Presidente.

§ 3º - O Presidente terá, além do voto pessoal, o de qualidade, em caso de empate.

§ 4º - As deliberações sobre as matérias a que se referem os incisos VIII, IX e XI, XII e XIII, XIV do Art. 15 deste Estatuto, dependerão do voto de 2/3 dos membros do Conselho Curador.

Seção IV

Conselho Fiscal

Composição e Competência

Art. 18 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos pela Assembleia Geral.

Art. 19 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – fiscalizar todos atos de ordem orçamentário-financeira da FunDeB, verificando o correto cumprimento das determinações legais e estatutárias pertinentes;



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

II - emitir parecer sobre a prestação de contas da FunDeB para encaminhamento ao Conselho Curador;

III - eleger seu presidente.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de quatro anos.

§ 2º - O Conselho Fiscal reúne-se, em caráter ordinário, de seis em seis meses e, extraordinariamente, quantas vezes for convocado por sua presidência ou mediante requerimento de qualquer dos seus Conselheiros.

§ 3º - O Conselho Fiscal somente pode deliberar com a presença de todos os membros.

§ 4º - Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Fiscal poderá contar com assessorias ou auditoria, desde que aprovadas pela maioria absoluta de seus membros.

Seção V

Controle Interno

Art. 20 - O Conselho Curador indicará o Controlador Interno que terá o mandato de 4 anos com as seguintes competências:

I - Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência dos resultados;

II - Comprovar a legalidade de gestão orçamentária financeira e patrimonial;

III - Comprovar a legalidade de repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados;

IV - Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional;

V - Em conjunto com o Diretor Financeiro assinar Relatório de gestão Fiscal;

VI - Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesas.

Seção VI

Comissão Técnico-Científica Composição, Competência e Operacionalização



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

Art. 21 - A Comissão Técnico-Científica será constituída por três membros, originários da Comunidade Acadêmico-Científica indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Curador.

Parágrafo único - Pelo menos um dos membros da Comissão Técnico-Científica deverá ser docente da UNESP, com titulação mínima de Doutor.

Art. 22 - A Comissão Técnico-Científica elegerá dentre seus membros, seu Presidente com mandato de dois anos.

Art. 23 - É da competência da Comissão Técnico-Científica:

I - Assessorar o Conselho Curador em todos os assuntos que envolvam atividades científico-tecnológicas, de extensão, artístico-culturais e sociais a serem executados pela FunDeB;

II - Administrar a concessão de bolsas, auxílios e subvenções;

III - Analisar orçamentos e cronogramas de projetos de pesquisa e extensão;

IV - Assessorar pesquisadores na elaboração de projetos de pesquisa e extensão;

V - Acompanhar a prestação de contas e os relatórios finais dos projetos e demais auxílios concedidos;

VI - Promover cursos, simpósios, eventos e estudos;

VII - Promover a divulgação de conhecimentos tecnológicos e a edição de publicações técnicas e científicas;

Art. 24 - A Comissão Técnico-Científica reunir-se-á ordinariamente, de 6 (seis) em 6 (seis) meses, ou sempre que convocado extraordinariamente pelo Presidente ou a requerimento do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva.

Seção VII

Diretoria Executiva

Art. 25 - A Diretoria Executiva será composta de 2 (dois) membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Administrativo-Financeiro.



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

Art. 26 - Os membros da Diretoria Executiva serão indicados pelo Conselho Curador dentre os membros da FunDeB, para um mandato de 4 anos.

Parágrafo único - Ocorrendo vacância na Diretoria Executiva, o Conselho Curador no prazo de 30 dias, escolherá o substituto para completar o mandato correspondente.

Art. 27 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único - As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Diretor Presidente.

Art. 28 - Compete à Diretoria Executiva os atos de gestão que assegurem o regular funcionamento da FunDeB, especialmente:

- I - Submeter à deliberação do Conselho Curador alterações do Regimento Interno da FunDeB;
- II - Estabelecer normas sobre aquisição e alienação de bens móveis e imóveis;
- III - Estabelecer normas para contratação e execução de obras e serviços;
- IV - Submeter à deliberação do Conselho Curador, até abril de cada ano, os relatórios finais e a prestação de contas da Fundação referentes ao exercício findo.
- V - Praticar os demais atos de Gestão Administrativa;
- VI - Fechar balancetes mensais, verificando a existência de recursos para os pagamentos do mês subsequente;
- VII - Submeter a prestação de contas, semestralmente ao Conselho Fiscal.
- VIII - Celebrar convênios, acordos, contratos e todos os atos necessários ao bom desempenho das atividades administrativas e dos objetivos desta fundação.

Art. 29 - É da competência do Diretor Presidente:

- I - Representar a FunDeB, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

- II - Constituir procuradores devendo, do instrumento respectivo, constar o prazo de validade para uso dos poderes conferidos, salvo nos mandatos judiciais;
- III - Solicitar ao Presidente do Conselho Curador sessão extraordinária do órgão;
- IV - Juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro, emitir, aceitar, endossar e avalizar letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias e cheques;
- V - Celebrar contratos de cauções, transações, acordos e renúncia de direitos;
- VI - Promover, contratar a execução de projetos, obras e demais serviços.
- VII - Adquirir e alienar bens imóveis após autorização pelo Conselho Curador, observando-se ao inciso X, do artigo 15.

Parágrafo único - Em seus impedimentos eventuais, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo-Financeiro.

Art. 30 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, assessorar o Diretor Presidente bem como desempenhar as atribuições que lhe sejam conferidas no Regimento Interno da FunDeB.

Art. 31 - É expressamente defeso a qualquer um dos membros da Diretoria Executiva e ineficaz em relação à FunDeB, o uso da denominação desta em negócios estranhos aos objetivos institucionais, inclusive em fianças, avais ou quaisquer outras garantias de favor.

Capítulo VI

Regime Financeiro e sua Fiscalização

Art. 32 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 33 - A prestação anual de contas da FunDeB conterá entre outros, os seguintes elementos:

- I - Balanço patrimonial;
- II - Demonstrativo econômico-financeiro.



FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BAURU

Art. 34 - Apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho Fiscal, os relatórios e a prestação de contas referentes ao exercício findo, terá este o prazo de 30 (trinta) dias para deliberar a respeito e encaminhar ao Conselho Curador

§ 1º - O Conselho Curador terá o prazo de trinta dias para aprovação da prestação de contas.

§ 2º - Decorrido este prazo sem aprovação, a prestação de contas será deliberada e aprovada.

Art. 35 - No caso de programa de investimento, cuja execução exceda a um exercício financeiro, nos exercícios seguintes serão, obrigatoriamente, consignadas verbas necessárias para atender às despesas com seu prosseguimento, de acordo com o respectivo cronograma.

Art. 36- Os resultados líquidos provenientes das atividades da FunDeB em cada exercício serão aplicados na manutenção e desenvolvimento dos objetivos fixados no Art. 4º.

CAPÍTULO VII

Pessoal

Art. 37 - O pessoal da Fundação será contratado, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação complementar aplicável.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

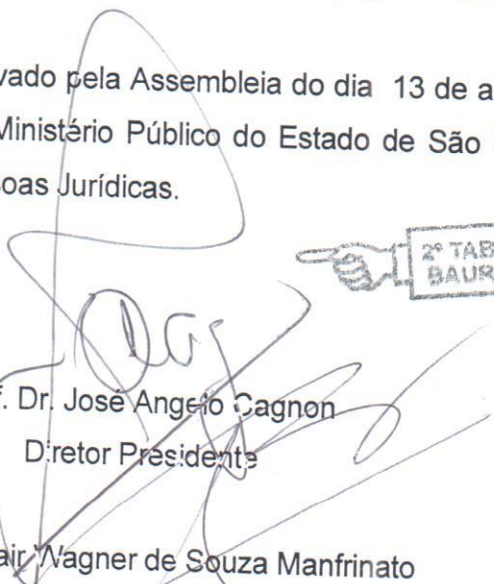
Art. 38 - O presente estatuto poderá ser reformulado, mediante a proposta do Diretor Presidente ou do Conselho Curador desde que aprovado pela Assembleia Geral.



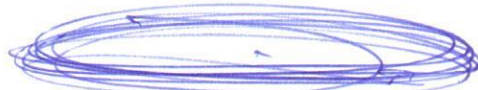
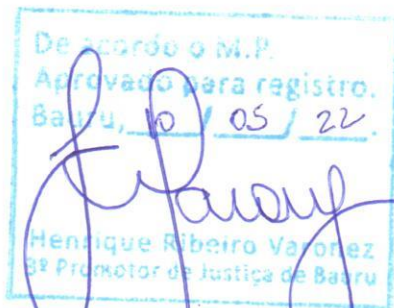
Art. 39 - Os membros do Conselho Curador, do Conselho Fiscal, da Comissão Técnico Científica, Controlador Interno e da Diretoria Executiva poderão receber jeton pelo desempenho de seus cargos observando-se as seguintes determinações:

- I- pelas participações em reuniões ordinárias, e extraordinárias, os membros dos Conselhos e Comissões poderão receber jeton até 33% do salário-mínimo paulista vigente, mediante previsão orçamentária aprovada pelo Conselho Curador.
- II- pelas participações em reuniões ordinárias, os membros da Diretoria Executiva poderão receber até 60% do salário-mínimo paulista vigente, mediante previsão orçamentária aprovado pelo Conselho Curador.
- III- a Diretoria Executiva não poderá efetivar os pagamentos dos jetons, se resultado financeiro do mês antecedente não for suficiente para o pagamento dos mesmos.

Art. 40 - O presente Estatuto aprovado pela Assembleia do dia 13 de abril de 2022 entrará em vigor após sua aprovação pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e registro no Cartório de Registro Público das Pessoas Jurídicas.


Prof. Dr. José Angelo Cagnon
Diretor Presidente

Prof. Dr. Jair Wagner de Souza Manfrinato
Diretor Administrativo Financeiro



Jorge Antonio Soriano Moura
ADVOGADO
OAB/SP - 295.509

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS DE BAURU – SP
RUA RIO BRANCO, 16-56 – VILA AMÉRICA
CEP Nº 17.014-037 – FONE (14) 3010-8040

AMÉRICO ZANETTI JUNIOR
OFICIAL INTERINO

CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO
no Livro A sob nº 67.322 MICROFILMADO sob
o mesmo número, AVERBADO EM FRENTE
AO REGISTRO nº 1.854 o Livro A- PJ em 30 de
agosto de 2022. O referido é verdade e dou fê.

Bauru, 30 de agosto de 2022.


WELLEM DA SILVEIRA CAMPOS
Escritor Autorizada

Selo digital:

1126314PJUP000165102QK229



<https://selodigital.tjsp.jus.br>